

STF decide que prática de revista vexatória em presídios é ilegal

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quarta-feira (2) que a prática de revista íntima vexatória nos presídios do país é ilegal. A medida é usada pela administração penitenciária para evitar a entrada de drogas, armas e celulares. Com a decisão, a Corte passa a entender que a inspeção das cavidades corporais e o desnudamento de amigos e parentes de presos sem justificativa é “inadmissível”. Dessa forma, drogas e objetos ilegais encontrados nos corpos de visitantes não poderão ser usados como provas para criminalizá-los, se forem obtidos a partir da revista vexatória. Apesar da proibição, a Corte entendeu que a administração dos presídios pode negar a entrada de visitantes que não aceitaram passar por nenhum tipo de revista. Contudo, a inspeção deve ser justificada com base em suspeitas de porte de objetos ilegais, denúncias anônimas e informações de inteligência. O Supremo definiu ainda prazo de 24 meses para que presídios de todo o país comprem scanners corporais, esteiras de raio-x e portais detectores de metais. Recursos do Fundo

Penitenciário Nacional e do Fundo Nacional de Segurança Pública deverão ser usados pelo governo federal e os estados para a compra dos equipamentos. Nos locais onde não houver equipamentos instalados, a revista íntima poderá ser realizada se houver indício de que o visitante está tentando entrar na penitenciária com objetos ilegais. Nesses casos, além de ser justificada, a inspeção deverá ser realizada com autorização do visitante, que poderá ser barrado se não concordar. A Corte julgou um recurso do Ministério Público para reverter a absolvição de uma mulher flagrada tentando entrar em um presídio de Porto Alegre com 96 gramas de maconha, que estavam enrolados em um preservativo e acondicionados na vagina. Na primeira instância, ela foi condenada, mas a Defensoria Pública recorreu ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), que a absolveu, por entender que o procedimento de revista íntima foi ilegal. O caso tramitava no STF desde 2016 e já foi alvo de sucessivas interrupções por pedidos de vista ao longo dos anos. (AGÊNCIA BRASIL)

Pesquisa no Maranhão: Uema possui laboratório que estuda biologia vegetal e marinha



DRª ANDREA AZEVEDO CUTRIM, PROFESSORA DA UEMA E COORDENADORA DO LABORATÓRIO DE BIOLOGIA VEGETAL E MARINHA (LBVM)

Você já parou para pensar no quão fascinante é o mundo ao seu redor? Desde as plantas que transformam luz solar em energia até os intrincados sistemas que mantêm nosso corpo funcionando. De microscópicas bactérias a gigantes baleias encontradas no mar. Tudo isso é explicado pela Biologia. Ela é essencial para quem deseja entender a vida, seja para realizar uma prova do Enem, um vestibular ou mesmo para satisfazer sua curiosidade sobre como o mundo funciona. A Biologia é a ciência que estuda a vida, desde os seres vivos até a relação entre eles e o ambiente, se preocupando com a estrutura, crescimento, funcionamento, reprodução,

origem e evolução dos seres vivos; a relação entre os seres vivos e o ambiente; a relação entre os seres vivos entre si; os níveis de organização da vida, como átomos, moléculas, células, tecidos, órgãos, populações, comunidades e ecossistemas e com a biosfera, que é o conjunto de todas as regiões da Terra onde há vida. Essa ciência é fundamental para entender questões essenciais da vida e solucionar problemas do nosso dia a dia. Na saúde, ela nos ajuda a compreender doenças, desenvolver vacinas e melhorar tratamentos. Na ecologia, contribui para a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade. É nesse contexto que o Laboratório de Biologia Vegetal e Marinha (LBVM) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), vinculado ao Departamento de Biologia (DBio) e ao Curso de Ciências Biológicas se dedica, há 25 anos, especialmente aos estudos da Botânica e da Biologia Marinha, contribuindo com o alicerce da Universidade que procura associar o ensino, à pesquisa e à extensão.

têm valor econômico para comercialização, como peixes, caranguejos, siris e mariscos. Além do ensino e da pesquisa, a equipe do laboratório é comprometida com a extensão universitária que visa estender os conhecimentos e recursos produzidos dentro da universidade para além de seus muros, beneficiando diretamente a sociedade. Desta forma, é comum realizarmos expedições e visitas às zonas pesqueiras, onde são realizadas reuniões, oficinas, havendo participação em eventos da comunidade com marisqueiros, pescadores e escolares, além de recebemos turmas de todos os níveis escolares dentro da universidade para realização de mostras científicas do material que produzimos. Essa prática engloba uma variedade de atividades que buscam promover o diálogo e a interação entre a academia e os diferentes segmentos da sociedade. Para saber mais sobre os projetos que desenvolvemos ou para agendar visitas acesse o Instagram @LBVMUEMA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE/MA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025 – PRO-CESSO ADMINISTRATIVO Nº 051/2025

A Prefeitura Municipal de Governador Nunes Freire torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por Item, objetivando o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR CONDICIONADO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES, INSUMOS, MATERIAIS, FERRAMENTAS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA. A sessão será realizada através do Portal, data de abertura agendada para 16 de abril de 2025 às 09:00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço, <https://transparencia.governadornunesfreire.ma.gov.br/licitacoes>, <https://licitagovnnunesfreire.com.br/> e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Governador Nunes Freire, 03 de abril de 2025. Maurilio de Almeida Bueno – Secretário Municipal de Administração e Planejamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ – MA

AVISO DE LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS METÁLICAS E COBERTURAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARUÁ - MA. A sessão será realizada através do Portal de Compras do Governo Federal, pelo endereço eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, sendo conduzida pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) desta Prefeitura Municipal, com data de abertura agendada para o dia 22 de abril de 2025 às 10h00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona o Departamento de Licitação, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:59 horas, ou através do Portal da Transparência do Município pelo endereço www.santaluziadoparuá.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal de Compras do Governo Federal, <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Santa Luzia do Paruá - MA, 03 de abril de 2025. FLAVIO JOSE PADILHA DE ALMEIDA – Secretário Municipal de Plan., Admin., Finanças, Receitas e Patrimônio Público.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ – MA

ERRATA

Pregão eletrônico nº 011/2025

Objeto:

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARUÁ.

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá – MA, torna público para o conhecimento dos interessados que, no Aviso de Licitação publicado em 03 de abril de 2025:

onde se lê: “ Santa Luzia do Paruá - MA, 16 de abril de 2025”

Leia-se: “ Santa Luzia do Paruá - MA, 02 de abril de 2025”.

Ficam mantidas as demais disposições do referido Aviso de Licitação. Santa Luzia do Paruá - MA, 03 de abril de 2025. FLAVIO JOSE PADILHA DE ALMEIDA – Secretário Municipal de Plan., Admin., Finanças, Receitas e Patrimônio Público.

Na Amazônia Legal

Mais 12 cidades do Maranhão passam a contar com novos sinais de emissoras de rádios

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, voltou a autorizar na última quarta-feira (2), a retransmissão de sinais de rádio para cidades do Maranhão. No total, foram beneficiados um total de 798.534 moradores de 12 municípios. “A ampliação do acesso das transmissões de rádio é essencial para o desenvolvimento e inclusão da região amazônica e sabemos o poder do rádio em levar cultura regional e diversificada, como um dos meios de participação social mais importantes para nosso país, principalmente em regiões distantes e de difícil acesso. Vamos apoiar entidades e emissoras na execução de serviços que levem mais entretenimento, informação e cultura para todo o Brasil”, destacou Juscelino Filho. As outorgas foram concedidas por meio de portarias publicadas no Diário Oficial da União (DOU), que autoriza a H.M.M. Castro & Cia. LTDA. retransmitir sinais em Alto Alegre do Maranhão, Estreito, Governador Nunes Freire, Imperatriz, Monção, Nova Olinda do Maranhão, Peritoró, Pio XII, São Domingos do Maranhão, São João Batista, São José de Ribamar e Turilândia. As autorizações foram

concedidas por meio do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal (RTR) para levar mais informação, cultura e lazer aos moradores desses municípios. Conforme previsto no Decreto 9.942/2019, as entidades deverão observar os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e solicitação do licenciamento da estação. Conhecido como RTR, o serviço é destinado a

retransmitir, de forma simultânea, os sinais de emissora de radiodifusão sonora FM das capitais para os municípios do mesmo estado. A Amazônia Legal abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e o Maranhão. A entidade interessada em retransmitir sinais radiodifusão sonora FM deve requerer autorização ao Ministério que, em sequência, solicitará estudos de viabilidade técnica elaborados pela

Anatel. Havendo viabilização por parte da agência, será promovido processo seletivo para a escolha da entidade a ser autorizada para executar o serviço de RTR. A autorização do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal é formalizada por meio de contrato entre o Ministério das Comunicações e a parte interessada, que é publicado no DOU contendo as características técnicas aprovadas.

Réus no STF deturpam conceito de anistia, diz presidente de comissão

Os réus no Supremo Tribunal Federal por tentativa de golpe de Estado, incluindo os condenados pelos ataques aos prédios dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, deturpam o conceito de anistia para, na verdade, “pedir perdão pelos crimes cometidos”. Essa é a avaliação da presidente da

Comissão de Anistia, Ana Maria Oliveira. O órgão é ligado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. “Anistia é um outro conceito. É o que o Estado brasileiro está fazendo contra aqueles que foram perseguidos pelo Estado ditatorial”, disse, em

entrevista à Agência Brasil. Ana Maria, que é procuradora aposentada e está na comissão desde 2004, entende, inclusive, que as pessoas que atacaram recentemente a democracia foram encorajadas pela impunidade de acusados de tortura e morte em prédios públicos, inclusive, que nunca

foram responsabilizados. Para ela, são urgentes tanto a responsabilização desses crimes, mesmo que passados 61 anos, bem como a atuação na área da educação para que os mais jovens compreendam o impacto para a sociedade brasileira. (AGÊNCIA BRASIL)